Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32034

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS PRIORIDADES DA CONSULTA POPULAR DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO RIO GRANDE DO SUL

SOCIAL PARTICIPATION AND ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: AN ANALYSIS OF PUBLIC CONSULTATION PRIORITIES REGARDING CLIMATE CHANGE IN RIO GRANDE DO SUL

PARTICIPACIÓN SOCIAL Y GOBERNANZA AMBIENTAL: UN ANÁLISIS DE LAS PRIORIDADES DE LA CONSULTA POPULAR ANTE EL CAMBIO CLIMÁTICO EN RIO GRANDE DO SUL

Gabriel Anderson Wachholz[1]
Thiago Machado Budó[2]
Nelson Guilherme Machado Pinto[3]
Tanice Andreatta[4]
Joaquim Luiz Tontini[5]
Ellen Silveira dos Santos[6]

RESUMO: Diante da intensificação dos eventos climáticos extremos, compreender a relação entre participação social e definição de prioridades públicas ambientais torna-se relevante. Nesse contexto, a Consulta Popular dos COREDEs permite analisar as demandas regionais diante dos desafios socioambientais. O presente estudo teve como objetivo analisar as propostas aprovadas na Consulta Popular dos COREDEs do Rio Grande do Sul entre 2022 e 2025, identificando em que medida contemplam ações relacionadas à mitigação, adaptação ou enfrentamento das mudanças climáticas. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa e análise documental dos resultados oficiais das votações, comparando os contextos anterior e posterior às enchentes de 2024. Os resultados indicam que, antes das enchentes, as demandas regionais concentravam-se principalmente em infraestrutura, apoio à produção agropecuária e melhorias comunitárias, com menor presença de propostas diretamente relacionadas às questões climáticas. Após as enchentes de 2024, observa-se maior presença de ações voltadas à Defesa Civil, reservação hídrica, monitoramento climático e prevenção de riscos. Conclui-se que as propostas aprovadas na Consulta Popular apresentam mudanças na composição das prioridades regionais após as enchentes de 2024, evidenciando demandas relacionadas à prevenção e ao enfrentamento de riscos climáticos e ambientais.

Palavras-chave: Consulta popular. Participação social. Governança ambiental. COREDEs. Mudanças climáticas.

[1] Mestrando em Agronegócios. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
[2] Mestrando em Agronegócios. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
[3] Doutor em Administração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
[4] Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
[5] Graduando em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
[6] Graduanda em Administração. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

ABSTRACT: Given the intensification of extreme climate events, understanding how social participation contributes to the definition of public priorities related to environmental issues has become increasingly relevant. In this context, the COREDEs Popular Consultation represents a social participation mechanism that makes it possible to analyze regional demands and their relationship with socio-environmental challenges. This study aimed to analyze the proposals approved through the COREDEs Popular Consultation in Rio Grande do Sul between 2022 and 2025, identifying the extent to which they address actions related to climate change mitigation, adaptation, or response. The research is descriptive, with a qualitative approach and documentary analysis of official voting results, comparing the contexts before and after the 2024 floods. The results indicate that, before the floods, regional demands focused mainly on infrastructure, support for agricultural production, and community improvements, with fewer proposals directly related to climate issues. After the 2024 floods, a greater presence of actions focused on Civil Defense, water storage, climate monitoring, and risk prevention was observed. It is concluded that the proposals approved through the Popular Consultation reflect changes in the composition of regional priorities following the 2024 floods, highlighting demands related to the prevention and management of climate and environmental risks.

Keywords: Popular consultation. Social participation. Environmental governance. COREDEs. Climate change.

RESUMEN: Ante la intensificación de los eventos climáticos extremos, comprender cómo la participación social contribuye a la definición de prioridades públicas relacionadas con las cuestiones ambientales se ha vuelto cada vez más relevante. En este contexto, la Consulta Popular de los COREDE constituye un mecanismo de participación social que permite analizar las demandas regionales y su relación con los desafíos socioambientales. El presente estudio tuvo como objetivo analizar las propuestas aprobadas en la Consulta Popular de los COREDE de Rio Grande do Sul entre 2022 y 2025, identificando en qué medida contemplan acciones relacionadas con la mitigación, adaptación o respuesta al cambio climático. La investigación es descriptiva, con un enfoque cualitativo y un análisis documental de los resultados oficiales de las votaciones, comparando los contextos anterior y posterior a las inundaciones de 2024. Los resultados indican que, antes de las inundaciones, las demandas regionales se concentraban principalmente en infraestructura, apoyo a la producción agropecuaria y mejoras comunitarias, con una menor presencia de propuestas directamente relacionadas con las cuestiones climáticas. Después de las inundaciones de 2024, se observa una mayor presencia de acciones orientadas a la Defensa Civil, la reserva de agua, el monitoreo climático y la prevención de riesgos. Se concluye que las propuestas aprobadas en la Consulta Popular reflejan cambios en la composición de las prioridades regionales después de las inundaciones de 2024, evidenciando demandas relacionadas con la prevención y la gestión de riesgos climáticos y ambientales.

Palabras clave: Consulta popular. Participación social. Gobernanza ambiental. COREDEs. Cambio climático.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e regional constitui um processo relacionado às transformações sociais, produtivas e institucionais que ocorrem nos territórios. Embora historicamente associado ao crescimento econômico e à geração de riqueza, o conceito de desenvolvimento passou a incorporar dimensões sociais e ambientais, ampliando a preocupação

com a qualidade de vida da população e com a utilização responsável dos recursos naturais. Essa mudança de perspectiva evidencia a necessidade de considerar diferentes dimensões na formulação de estratégias e políticas voltadas ao desenvolvimento dos territórios (Theis, 2022).

A incorporação da dimensão ambiental ao debate sobre desenvolvimento fortaleceu as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, especialmente diante dos desafios relacionados à preservação dos recursos naturais e à redução dos impactos ambientais. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável pressupõe a articulação entre aspectos econômicos, sociais e ambientais, de modo que as ações voltadas ao desenvolvimento dos territórios também considerem seus efeitos sobre as gerações presentes e futuras (Carvalho; Cardoso; Frota, 2022; Alves; Schultz; Oliveira, 2022). Essa perspectiva amplia a necessidade de processos decisórios capazes de integrar diferentes interesses e demandas presentes na sociedade.

Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante diante do agravamento dos eventos climáticos extremos e de seus impactos sobre os territórios e as populações. As mudanças climáticas e a maior exposição de grupos vulneráveis evidenciam a necessidade de fortalecer estratégias de prevenção, adaptação e redução de riscos, demandando respostas articuladas entre diferentes atores e instituições. Nesse cenário, a governança ambiental assume relevância ao favorecer processos de decisão mais integrados, participativos e orientados à construção de respostas diante dos desafios ambientais e climáticos (Jacobi, 2023).

A governança ambiental também está relacionada à participação de diferentes atores nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. A participação social possibilita incorporar demandas e conhecimentos presentes nos territórios, ampliando a capacidade da sociedade de influenciar decisões que afetam diretamente suas condições de vida e seu desenvolvimento. Além de contribuir para a identificação de prioridades, a participação social pode fortalecer a transparência, a legitimidade e o diálogo entre sociedade e poder público, aspectos relevantes para a construção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Ribas et al., 2021; Monteiro et al., 2023).

No contexto brasileiro, mecanismos de participação social possibilitam aproximar a população dos processos de definição das prioridades públicas. No Rio Grande do Sul, a Consulta Popular constitui um mecanismo democrático anual de consulta direta à população, por meio do qual os eleitores participam da definição de prioridades regionais que poderão

receber recursos do orçamento estadual. Ao longo dos anos, esse processo consolidou-se como uma forma de participação direta na definição de demandas e prioridades públicas, sendo organizado regionalmente em 28 regiões do estado (Werlang et al., 2018).

A organização desse processo está relacionada à atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que constituem fóruns de articulação e diálogo voltados à definição de estratégias, políticas e ações relacionadas ao desenvolvimento regional. Estruturados como associações civis sem fins lucrativos e de natureza privada, os COREDEs desempenham papel na articulação entre governo e sociedade e na organização das demandas regionais, contribuindo para a participação social e para a construção coletiva de prioridades nos diferentes territórios do Rio Grande do Sul (Büttenbender; Siedenberg; Allebrandt, 2011).

Considerando essa relação entre participação social e governança ambiental, a ocorrência de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, especialmente as enchentes de 2024, reforça a relevância de compreender como questões ambientais e climáticas estão presentes nas prioridades definidas pela população por meio da Consulta Popular. A análise dessas demandas permite observar se temas relacionados à mitigação de riscos climáticos e ambientais já integravam as prioridades regionais antes das enchentes de 2024 e como essas demandas se apresentam no período posterior ao desastre. Dessa forma, a Consulta Popular constitui um espaço relevante para analisar a relação entre participação social, prioridades territoriais e desafios associados à governança ambiental.

O estudo tem como objetivo analisar as propostas aprovadas na Consulta Popular dos COREDEs do Rio Grande do Sul no período de 2022 a 2025, considerando o papel da participação da sociedade civil nesse processo, comparando os contextos anterior e posterior às enchentes de 2024, a fim de identificar em que medida a mitigação de riscos climáticos e ambientais já se configurava como uma preocupação nas prioridades definidas pela população antes do desastre.

Diante desse cenário, este estudo se justifica na importância da participação dos eleitores na Consulta Popular do Rio Grande do Sul, um instrumento democrático que permite à população influenciar diretamente a definição das prioridades regionais. Esse processo fortalece a cidadania, amplia a transparência na gestão pública e aproxima a sociedade das decisões que impactam seu território. Nesse contexto, os COREDEs desempenham papel fundamental ao organizar, articular e orientar as demandas regionais, garantindo que as vozes locais sejam

consideradas na elaboração das políticas e na distribuição dos recursos estaduais. Assim, compreender como essas escolhas dialogam com questões ambientais e climáticas justifica a necessidade de analisar as propostas aprovadas no período.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COREDEs e desenvolvimento regional

Os Conselho Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) são conselhos estabelecidos, que funcionam como estruturas institucionais que promovem a interação entre a sociedade civil e o Estado em níveis municipal, estadual e federal. Eles funcionam como espaços públicos de governança, possibilitando a discussão, a tomada de decisões e a interação entre políticas e ações voltadas para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, os COREDEs são instrumentos essenciais para a promoção do diálogo e a definição de estratégias regionais, influenciando diretamente a alocação de recursos (Ribas et al., 2021).

A criação dessa política foi baseada no Conseils Économiques et Sociaux Régionaux (CERSR) da França, surgidos a partir de 1972. Os COREDEs são compostos por representantes de órgãos públicos, deputados, prefeitos, presidentes de câmaras e conselhos municipais, representações das instituições de ensino superior e de ciência e tecnologia, sindicatos, associações, cooperativas e movimentos sociais. Eles abrangem a sociedade regional com o intuito de promover o desenvolvimento local (Bandeira, 2007).

Os COREDEs foram estruturados no Rio Grande do Sul com a missão de orientar o planejamento regional a partir de uma visão integrada do território, buscando reduzir desigualdades históricas entre as regiões. Além de apoiar a formulação de políticas públicas mais sensíveis às particularidades locais, esses conselhos contribuem para fortalecer a identidade regional e ampliar a capacidade de coordenação entre municípios. A iniciativa também promove ações que favorecem a diversificação econômica, a sustentabilidade e o uso equilibrado dos recursos naturais, reforçando o compromisso com um desenvolvimento territorial de longo prazo (Fórum dos Coredes, 2014). A Figura 1 retrata a divisão do território de atuação dos 28 COREDEs dentro do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul (2026).

De acordo com a Figura 1, apresenta a configuração territorial dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, evidenciando a forma como o estado está organizado em regiões de planejamento. Essa divisão regional permite visualizar a distribuição espacial dos COREDEs, facilitando a compreensão das particularidades territoriais e das áreas de abrangência de cada conselho. A representação cartográfica também contribui para identificar diferenças regionais, padrões de proximidade entre municípios e a lógica adotada pelo estado para estruturar processos participativos, como a Consulta Popular (Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, 2026).

O desenvolvimento regional é compreendido como um processo dinâmico que busca explicar as transformações econômicas, sociais e territoriais em diferentes escalas, considerando a diversidade histórica, as especificidades locais e as estruturas administrativas. Com a evolução das pesquisas, esse conceito passou a ser analisado de forma integrada ao território, incorporando fatores históricos, relações internas e externas e os efeitos das dinâmicas globais sobre as regiões (Ruchel Anes et al., 2025).

Nesse contexto, o desenvolvimento regional implica analisar os fatores sociais e econômicos que estruturam uma região, especialmente os fluxos de capital, trabalho e inovação. A forma como essas dinâmicas são aproveitadas no território pode intensificar ou diminuir desigualdades. Trata-se de um processo marcado por mudanças estruturais de ordem social, econômica, cultural e política, fundamentais para interpretar o comportamento dos setores produtivos regionais (Oliveira, 2024). Conforme enfatiza Etges (2022), o avanço do desenvolvimento regional exige compreender que a diversidade entre as regiões deve ser vista como um recurso estratégico para impulsionar o progresso, e não como um obstáculo.

Em contrapartida, de acordo com Büttenbender, Siedenberg e Allebrandt (2011) argumentam que os COREDEs enfrentam desafios no fortalecimento de sua atuação regional, porque em muitas regiões, ainda predominam percepções que os vinculam diretamente ao governo estadual, o que limita seu reconhecimento como mecanismos autônomos de representação e mobilização territorial. Essa limitação institucional acaba reduzindo o potencial dos COREDEs de atuar de forma mais estratégica diante dos desafios atuais do desenvolvimento regional. Em um cenário de aumento dos eventos climáticos extremos, torna-se evidente a necessidade de fortalecer sua capacidade de articulação para apoiar ações de mitigação de riscos e promover uma governança ambiental mais integrada e participativa (Büttenbender; Siedenberg; Allebrandt, 2011).

De modo geral, as fragilidades dos COREDEs incluem a baixa articulação entre as regiões, a pouca convergência de prioridades e a ausência de agendas estruturantes claramente definidas. Soma-se a isso a limitada divulgação de ações e resultados, o que reduz sua visibilidade e capacidade de mobilização. Ainda assim, os COREDEs permanecem importantes espaços de governança e participação regional, cuja efetividade depende do fortalecimento

institucional, da qualificação dos atores envolvidos e da construção de agendas comuns voltadas ao desenvolvimento sustentável (Büttenbender et al., 2025).

2.2 Governança ambiental e participação social

De acordo com Jacobi (2023) argumenta que a governança é compreendida como um elemento central para ampliar a capacidade adaptativa das sociedades, na medida em que envolve os arranjos institucionais que estimulam o engajamento individual e coletivo. Nesse sentido, a discussão sobre governança ambiental amplia essa perspectiva ao evidenciar como um campo dentro dos estudos contemporâneos de política e gestão, refletindo a crescente necessidade de abordagens integrativas e colaborativas para enfrentar os desafios ambientais globais. Essa governança torna-se essencial para orientar ações capazes de equilibrar desenvolvimento e conservação, fortalecendo processos decisórios baseados na participação social (Cravo; Cerqueira, 2022).

A governança ambiental refere-se ao conjunto de mecanismos e práticas que articulam diversos atores na formulação e implementação de decisões sobre o uso dos recursos naturais, buscando não apenas ampliar a participação coletiva, mas também promover uma gestão mais eficiente, transparente e sustentável desses recursos (Monteiro et al., 2023). Nesse sentido, Alves e Azevedo (2023) abordam que a busca por uma governança ambiental efetiva capaz de responder aos desafios ambientais tem se consolidado como uma demanda permanente de toda a sociedade, envolvendo tanto os gestores públicos quanto os cidadãos na construção de soluções sustentáveis.

Sob outra perspectiva, a participação social se materializa por meio das consultas populares, concebidas como um instrumento formal de expressão da vontade coletiva, no qual a população pode influenciar diretamente decisões públicas. Esse mecanismo, instituído pela Lei Estadual nº 11.179/1998, possibilita que os cidadãos definam parte dos investimentos e serviços que integrarão o orçamento estadual, fortalecendo práticas participativas e ampliando o envolvimento da sociedade na gestão pública (Miranda et al., 2023). Além disso, Lisbinski e Bender Filho (2021) discutem, que a gestão participativa na esfera pública envolve a atuação direta de cidadãos em espaços como em audiências públicas, consulta populares e conselhos

gestores com o propósito de influenciar decisões administrativas, que identificam demandas coletivas e promovem a descentralização dos processos decisórios.

Assim, a governança ambiental está diretamente associada à inclusão e à participação ativa da sociedade, uma vez que pressupõe a integração de instituições e atores locais em diferentes níveis de atuação. Essa articulação entre os atores constitui a base de processos decisórios, reforçando que as decisões coletivas e politicamente engajadas são fundamentais para impulsionar (Costa, 2025).

Apesar da relevância dessas iniciativas, ainda se evidencia um alerta relacionado à limitada participação popular nos conselhos ambientais, o que compromete a implementação das ações. Essa fragilidade reforça a necessidade de estruturas de governança ambiental capazes de integrar diferentes atores e articular demandas econômicas, sociais e ecológicas de forma equilibrada. Nesse sentido, torna-se essencial adotar práticas interdisciplinares e coordenadas entre setores, priorizando medidas de prevenção, mitigação e compensação para fortalecer a gestão ambiental e ampliar sua efetividade (Sales; Fagroso Selva, 2022).

Nesse cenário, reforça-se que os desafios ambientais contemporâneos demandam estruturas de governança capazes de assegurar respostas rápidas, coordenadas e sustentáveis. A efetividade dessas ações depende tanto do comprometimento do Estado quanto da participação ativa da sociedade, uma vez que a preservação ambiental constitui responsabilidade compartilhada. Assim, a governança ambiental torna-se elemento indispensável para orientar práticas que promovam o desenvolvimento sustentável e garantam a proteção dos recursos naturais (Souza; Melo Neto, 2024). Além disso, a Consulta Popular se destaca como um mecanismo essencial de orçamento participativo, pois possibilita materializar as diretrizes estabelecidas nos planos e aproximar a sociedade das decisões sobre investimentos públicos (Oliveira; Karnopp, 2013).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota o método documental, uma vez que utiliza como principal fonte de dados os documentos oficiais disponibilizados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul referentes às edições da Consulta Popular. Segundo Lakatos (2021), a pesquisa documental baseia-se em materiais originais, escritos, digitais ou iconográficos, produzidos durante ou após

a ocorrência dos fatos, sendo considerada uma fonte primária válida para estudos de caráter social e institucional.

No que se refere à abordagem, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, adotada em razão da necessidade de interpretar e compreender o conteúdo das propostas aprovadas na Consulta Popular, considerando suas características, temáticas e relação com questões ambientais e climáticas. Essa abordagem permite analisar os significados presentes nos documentos e compreender como as prioridades definidas pela sociedade se expressam no contexto das mudanças climáticas e dos eventos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul. A seleção criteriosa das informações e a interpretação dos dados de forma contextualizada constituem aspectos característicos dessa abordagem (Marconi; Lakatos, 2022).

Com relação ao propósito deste estudo, a investigação é classificada como descritiva. De acordo com Gil (2009), pesquisas descritivas têm como finalidade detalhar as características de indivíduos, grupos ou fenômenos, identificando possíveis relações entre variáveis, a partir de procedimentos sistemáticos de coleta e análise de dados. Essa natureza mostra-se adequada ao objetivo da pesquisa, que busca compreender como a sociedade gaúcha expressou suas prioridades por meio das propostas aprovadas na Consulta Popular dos COREDEs, especialmente no que se refere à preocupação com riscos climáticos e ambientais.

Os documentos analisados foram coletados no repositório oficial da Consulta Popular, disponível no portal institucional do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na seção "Memória da Consulta Popular" (RS, 2025). Foram extraídas, para cada ano selecionado, as propostas aprovadas por COREDE, bem como seus respectivos temas, descrições e áreas prioritárias.

O recorte temporal compreende o período de 2022 a 2025, abrangendo tanto os anos anteriores quanto posteriores à enchente de 2024. A escolha desses anos fundamenta-se na necessidade de verificar se, antes da catástrofe, já havia sinais de preocupação da sociedade com mitigação de riscos climáticos, prevenção de enchentes, gestão hídrica e temas correlatos. Os anos de 2022 e 2023 representam o contexto pré-desastre e permitem observar se tais temáticas já apareciam nas prioridades regionais. O ano de 2024 corresponde ao período do evento extremo, possibilitando avaliar eventuais impactos imediatos nas deliberações daquele ciclo

anual. Já 2025 é o primeiro ano pós-enchente, e sua inclusão viabiliza identificar possíveis mudanças significativas na demanda social após a ocorrência da calamidade.

Os documentos foram organizados em um banco de dados contendo informações como ano, COREDE, título da proposta, descrição, área temática. Em seguida, cada proposta foi categorizada quanto ao seu conteúdo relacionado ou não à mitigação de riscos climáticos e ambientais, com base em categorias previamente definidas, como infraestrutura hídrica, gestão ambiental, defesa civil, saneamento e agricultura resiliente. A análise dos dados ocorreu em duas etapas complementares. A primeira consiste em uma análise qualitativa por categorias temáticas, com leitura e interpretação das propostas aprovadas a fim de identificar elementos que indiquem preocupação com riscos climáticos, sustentabilidade ou prevenção de desastres. Em seguida, a análise que segue na seção dos resultados.

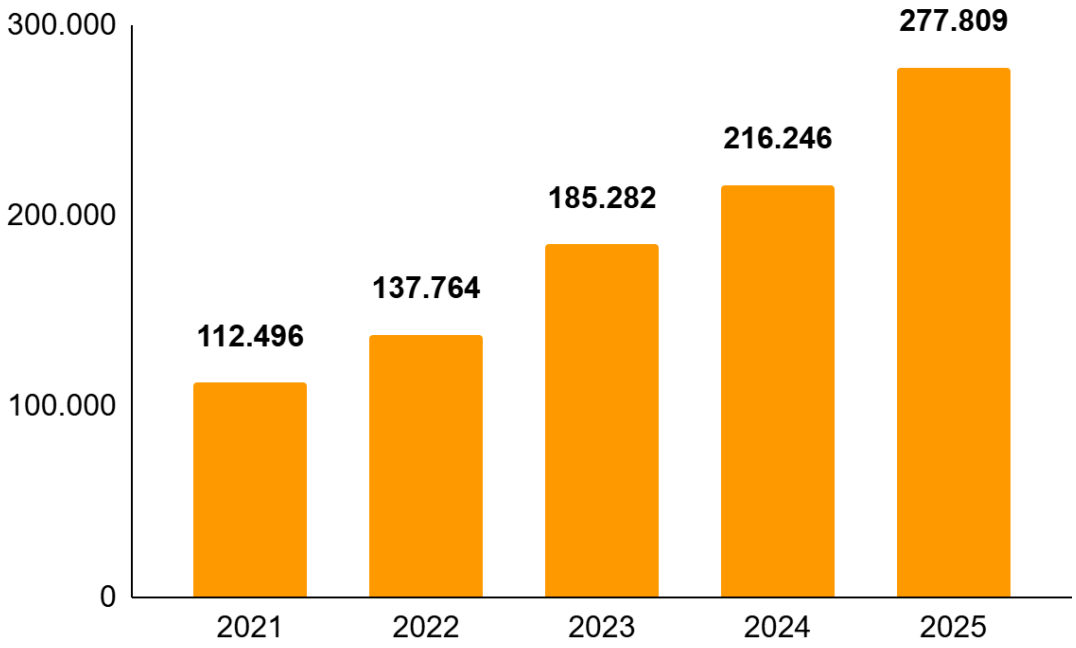
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Participação da sociedade civil

A participação da sociedade civil na Consulta Popular representa um instrumento fundamental para fortalecer a democracia participativa e aprimorar as políticas de desenvolvimento regional. Por meio desse mecanismo, a população tem a oportunidade de votar suas prioridades, influenciando a alocação de recursos públicos e contribuindo para a construção de ações mais alinhadas às realidades locais.

Dessa forma, a participação da sociedade civil na Consulta Popular promovida pelos COREDEs representa um mecanismo essencial de envolvimento direto da população nas decisões governamentais. Por meio desse processo, os eleitores identificam demandas regionais, manifestam suas prioridades por meio do voto e influenciam a escolha de projetos contemplados no orçamento estadual. Assim, a Consulta Popular se fortalece como um espaço democrático no qual a sociedade civil exerce um papel fundamental de atuar na definição de ações e investimentos ao desenvolvimento regional (Ribas et al., 2021). De acordo com o Gráfico 1, observa-se a evolução da participação dos eleitores na Consulta Popular entre os anos de 2021 a 2025.

Gráfico 1 – Número de Votantes da Consulta Popular entre 2021 a 2025



Fonte: Elaborado pelos autores com base na Consulta Popular (2025).

Segundo o Gráfico 1, nota-se uma evolução significativa no número de votantes da Consulta Popular evidenciando o crescimento da participação. Em 2021, foram registrados 112.496 votos, número que aumentou para 137.764 em 2022, e em 2023 alcançou 185.282 e 2024 teve um aumento totalizando 216.246 votantes. O resultado mais expressivo ocorreu em 2025, quando a participação atingiu 277.809 votos, representando o maior crescimento no período de 2021 a 2025 (Consulta Popular, 2025). Esses resultados demonstram o fortalecimento do engajamento social no processo de definição das prioridades.

Esse crescimento foi acompanhado pela ampliação e diversificação dos meios disponibilizados para a votação, com predominância dos canais digitais. Em 2025, 86% dos votos foram registrados pelo site oficial, 10% pelo WhatsApp e 4% pelo sistema offline, disponibilizado para regiões com menor acesso à internet. A diversidade dos canais de votação ampliou as possibilidades de acesso da população ao processo participativo, contribuindo para a expansão da participação registrada no período (Consulta Popular, 2026).

Por outro lado, ainda persistem desafios relacionados à participação social, principalmente em áreas predominantemente rurais, a mudança para a votação 100% virtual em

razão da pandemia dificultou a participação de cidadãos acostumados ao processo presencial, muitas vezes realizado por meio de cédulas de papel (Lisbinski; Bender Filho, 2021). Dessa forma, embora a Consulta Popular constitua um importante instrumento de participação social, seu fortalecimento depende da ampliação do engajamento da população e da criação de condições que assegurem o acesso e a participação de diferentes segmentos da sociedade.

A participação da sociedade civil nos COREDEs assume um papel central na definição das prioridades regionais, pois permite que a população contribua diretamente na seleção e aprovação dos projetos que orientarão o desenvolvimento local. Além de permitir que a população compreenda e utilize os mecanismos disponíveis de participação, essas práticas contribuem para avaliar o nível de envolvimento comunitário e desenvolver estratégias que ampliem o acesso à informação. Dessa forma, reforça-se que a presença ativa da sociedade civil é indispensável para qualificar a gestão pública e aprimorar os resultados das políticas implementadas (Lisbinski; Bender Filho, 2021). Nesse contexto, a Tabela 1 apresenta a evolução do percentual de participação cidadã na Consulta Popular entre 2021 e 2025, evidenciando como a sociedade civil tem se engajado, ao longo dos anos, nos processos decisórios promovidos pelos COREDEs.

Tabela 1 – Percentual da participação cidadã ao longo dos anos

Parâmetro/Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Votos da Consulta Popular	112.496	137.764	185.282	216.246	277809
Total de Eleitores do RS	8.423.308	8.593.469	8.586.736	8.682.742	8.379.355
Percentual de Participação	1,34%	1,60%	2,16%	2,49%	3,32%

Fonte: Elaborado pelos autores com base na consulta (2025).

Colaborando com a Tabela 1, embora haja uma evolução na participação cidadã, comparada ao número total de eleitores do RS, o percentual de participação é baixo, contrastando uma preocupação no engajamento da população. Com base no estudo dos autores Pinto et al., (2024), mostra que essa situação está mudando, até o ano de 2023 a média da participação era de 1.72%.

Embora, conforme demonstrado no Gráfico 1, haja avanços importantes na participação cidadã, essa adesão ainda permanece insuficiente para garantir decisões plenamente representativas. No âmbito da quádrupla hélice composta por Governo, Universidade,

Empresas e Sociedade Civil, a atuação da população assume papel crucial, especialmente porque é ela quem vota e define, entre as propostas sugeridas pelos COREDEs, quais serão priorizadas em cada região. Portanto, ampliar o engajamento social na Consulta Popular torna-se fundamental para que as escolhas voltadas ao desenvolvimento regional reflitam, de maneira mais fiel, às necessidades específicas de cada território.

4.2 Definição das demandas das propostas aprovadas pré e pós enchente

A Consulta Popular desempenha um papel central na definição das prioridades estratégicas das regiões do Rio Grande do Sul, permitindo que a sociedade participe diretamente da escolha de políticas e investimentos públicos. As propostas aprovadas neste processo refletem não apenas demandas imediatas, mas também percepções coletivas sobre necessidades estruturais, vulnerabilidades e expectativas de desenvolvimento regional. Por esse motivo, analisar essas propostas ao longo do tempo, especialmente antes e depois de um evento extremo como a enchente de 2024, torna-se fundamental para compreender em que medida a população já reconhecia riscos ambientais e climáticos como questões prioritárias. Conforme demonstra o Quadro 1, com as propostas aceitas das consultas pré enchentes, 2022 e 2023, filtradas já com o foco do estudo sobre como a mitigação de riscos climáticos e ambientais já se configurava como uma preocupação da sociedade antes do desastre.

Quadro 1 – Análise das propostas aprovadas pré enchente

PRÉ-ENCHENTE	
2022	
COREDE	Proposta
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	Incentivo a recursos para melhorar a correção do solo, equipamentos e implementos agrícolas.
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	Incubadora Tecnológica - Criação de uma Incubadora Tecnológica na Região dos Campos de Cima da Serra. O objetivo é apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias e estimular o empreendedorismo com a criação de startups. Inicialmente a Incubadora será viabilizada através da cooperação entre o Centro Estadual de Diagnóstico e Pesquisa em Agricultura Digital e Irrigação - CEPADI e o IFRS Campus Vacaria. O recurso será utilizado para viabilização da infraestrutura física da Incubadora.
JACUÍ CENTRO	Construção/ampliação/equipamentos para agroindústrias e construção de poços artesianos, micro açudes e redes de distribuição de água.
LITORAL	Desenvolvimento de Hortas Comunitárias: Ação Social e Sustentável.
MÉDIO ALTO URUGUAI	Programa de conservação e recuperação de águas e solos da região do CODEMAU.
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	Melhorias em estradas do interior a fim de facilitar escoamento da produção agrícola, fomentando o desenvolvimento econômico local.

METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	Incentivo à agricultura familiar - biodigestores rurais e melhorias no solo para aumento da produtividade da região Metropolitano Delta do Jacuí.
SUL	Incentivo a agricultura familiar da região sul do estado, com aquisição de insumo (calcário) pelos municípios, e distribuição aos produtores rurais, visando a correção do solo.
VALE DO CAÍ	Incentivo à agricultura familiar – Uso múltiplo das águas para estruturação de abastecimento humano, dessedentação animal e irrigação. -Objetivo e estruturação da captação e armazenamento de água – cisternas, micro açudes e/ou pequenos sistemas de irrigação.
VALE DO RIO PARDO	Gestão Sustentável na Agricultura - Correção do Solo.
VALE DO TAQUARÍ	Implantação de Cisternas de Geomembrana PEAD para armazenamento de água para usos múltiplos. Justificativa: O Vale do Taquari é um pólo de produção de proteína animal com grande volume de animais alojados, demandando segurança de fornecimento de água, principalmente nos períodos de estiagem.
VALE DO TAQUARÍ	Desenvolver um projeto regional que transforme os dejetos suínos e outros dejetos de origem animal e industrial, de um passivo ambiental para um ativo econômico, gerando energia a partir deles, em parceria com a Univates, que já possui estudos nesse sentido.
2023	
COREDE	**Proposta**
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	Ampliar a rede de distribuição de água potável rural, através da construção de poços artesianos e ampliação de redes de água
ALTO JACUÍ	Conservação e recuperação do solo
CENTRO SUL	Correção, recuperação e manutenção do solo
FRONTEIRA NOROESTE	Fortalecer e fomentar as cadeias produtivas, com aquisição de equipamentos, insumos agrícolas, conservação solo e reservação de água
JACUÍ CENTRO	Correção do solo com calcário e cisternas para armazenamento de água da chuva
NORTE	Projeto de capacitação de produtores orgânicos para o desenvolvimento da cadeia produtiva de hortaliças e frutos orgânicos no COREDE Norte
PARANHAMA ENCOSTA DA SERRA	Construção, recuperação e melhorias de microaçudes
SUL	Construção de micro açudes, poços artesianos, cisternas e aquisição de equipamentos de irrigação com o objetivo de melhorar a qualidade das vertentes e reservas hídricas, bem como o aproveitamento destas
VALE DO TAQUARI	Apoio às medidas contra inundações e secas e as atividades de Defesa Civil. Ampliar os sistemas de monitoramento e alertas

Fonte: Elaborado pelos autores com base na consulta popular (2025).

Observa-se que grande parte das propostas aprovadas pelos COREDEs entre 2022 e 2023 concentra-se em três eixos principais: (i) manejo e conservação do solo; (ii) ampliação e qualificação das estruturas hídricas; e (iii) iniciativas de apoio à agricultura familiar com viés sustentável. Apesar de se tratar de assuntos ambientais, e pertinentes, nota-se que não se discutia questões de mitigação ou adaptação das mudanças climáticas.

No eixo da conservação do solo, aparecem propostas recorrentes envolvendo correção, recuperação e manejo adequado das áreas produtivas, especialmente por meio da aquisição de

calcário, tecnologias agrícolas e equipamentos que auxiliam na melhoria das condições físico-químicas do solo.

No que se refere à gestão hídrica, a tabela mostra um número expressivo de propostas voltadas à construção de poços artesianos, cisternas, microaçudes, ampliação de redes de água potável e melhorias em infraestrutura destinada ao armazenamento e à reservação hídrica. Tais propostas refletem não apenas uma preocupação ambiental, mas também a necessidade de adaptação às estiagens recorrentes no estado.

Além disso, aparecem iniciativas mais amplas relacionadas à sustentabilidade e inovação, como hortas comunitárias, incubadoras tecnológicas voltadas para agricultura digital e projetos de manejo de dejetos suínos e industriais para geração de energia. Essas ações ampliam a dimensão sustentável, indicando que parte das regiões já buscava soluções estruturantes e de caráter preventivo, e não apenas remediador.

Destaca-se, entre as propostas aprovadas em 2023, a iniciativa do COREDE Vale do Taquari intitulada "Apoio às medidas contra inundações e secas e às atividades de Defesa Civil. Ampliar os sistemas de monitoramento e alertas". A relevância dessa proposta é particularmente evidente considerando que a região já havia enfrentado enchentes severas em 2023 e, novamente, em 2024. Isso indica que existia, antes mesmo da grande enchente de 2024, uma percepção concreta de vulnerabilidade e um movimento regional em direção à adoção de medidas de mitigação e adaptação. Dessa forma, a proposta expressa não apenas a memória recente de desastres, mas também o reconhecimento da necessidade de fortalecer sistemas de prevenção, monitoramento e resposta, evidenciando uma dinâmica de governança territorial mais sensível aos riscos climáticos.

Portanto, no demonstrativo geral,os resultados da análise pré enchente, mostram que, a maioria das propostas não mencionam diretamente "mudanças climáticas", embora, existe um conjunto expressivo de iniciativas que dialogam com temas estruturais de adaptação ambiental e resiliência territorial. O foco em manejo do solo, armazenamento de água e infraestrutura hídrica revela uma percepção social de vulnerabilidade ambiental já existente no período pré-enchente, especialmente em regiões com histórico de estiagens. Assim, pode-se afirmar que havia, sim, indícios significativos com questões ambientais e de risco climático antes da catástrofe de 2024, evidenciado pelo COREDE do Vale do Taquari, embora muito difuso e

desconectado com os demais COREDES, refletindo a falta de coordenação na questão da governança ambiental.

Ademais, apresenta-se a análise das propostas aprovadas no período pós-enchente, a fim de verificar eventuais mudanças nas prioridades regionais, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Análise das propostas aprovadas pós-enchente

PÓS ENCHENTE			
Ano 2024		Ano 2025	
COREDE	Propostas	COREDE	Propostas
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	Perfuração de poços artesianos, construção de cisternas de captação e armazenamento ou ampliação de rede de abastecimento de água.	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	Aquisição de máquinas/equipamentos/veículos/ construção de açudes, poços e cisternas e/ou melhorias nas estradas vicinais.
CENTRO SUL	Impulsionando a busca de soluções inovadoras para enfrentar a crise climática no Centro-Sul.	ALTO DA SERRA DO BOTUCARÁI	Apoio ao desenvolvimento da Agricultura e pecuária familiar, construção de açudes, poços e cisternas ou Aquisição de Equipamentos Agrícolas Tecnológicos para Melhoramento e Conservação do Solo na Bacia Leiteira região.
CENTRO SUL	Educação ambiental na área da bacia hidrográfica.		
FRONTEIRA NOROESTE	Fortalecer e fomentar as cadeias produtivas (agropecuária e turismo rural), com aquisição de equipamentos, insumos agrícolas, conservação do solo e reservação de água.	CAMPOS DE CIMA DA SERRA	Construção de poços artesianos.
		FRONTEIRA OESTE	Construção de açudes, poços e cisternas.
JACUÍ CENTRO	Apoio a infraestrutura hídrica rural.	LITORAL	Recuperação e correção do solo e/ou material para recuperação de estradas vicinais e/ou
MÉDIO ALTO URUGUAI	Projeto de conservação de solos e água na zona rural	LITORAL	construção de açudes, poços e cisternas.
NOROESTE COLONIAL	Apoio a agricultura familiar: Adubação e correção do solo.	MÉDIO ALTO URUGUAI	Programa de conservação de solos e água na zona rural.
PARANHANA ENCOSTA DA SERRA	Aquisição de equipamentos para a Defesa Civil para todos os municípios da região do Paranhana e Encosta da Serra.	METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	Recuperação, correção do solo e aquisição de equipamentos.
RIO DA VÁRZEA	AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS: como calcário, adubo e gesso para viabilizar o manejo, correção, a recuperação e a conservação da fertilidade dos solos.	NORDESTE	Aparelhamento dos órgãos de Defesa Civil Municipais.

		NOROESTE COLONIAL	Programa Integrado de Desenvolvimento Rural Sustentável.
		NOROESTE COLONIAL	Projeto Integrado de Turismo Sustentável e Educação Ambiental
SUL	Conservações da acidez e fertilidade do solo.	**NORTE**	Sucessão Familiar: Inclusão Digital da Juventude do Campo e Gestão Sustentável da Propriedade Rural.
VALE DO CAÍ	Armazenamento de água na propriedade rural visando a mitigação e adaptação às mudanças climáticas (caixas de água, micro açudes, horas máquinas).	**PRODUÇÃO**	Recuperação e correção de solo e/ou Patrulha agrícola e/ou Recuperação de estradas vicinais.
VALE DO RIO PARDO	Captação e reservação de água através de cisternas.	**RIO DA VÁRZEA**	Construção de açudes, poços e cisternas e o calçamento das estradas do interior.
VALE DO RIO PARDO	Programa de Recuperação e Conservação de Solo e Água.	**SERRA**	Fortalecimento da Defesa Civil para a Prevenção dos Desastres Climáticos: aparelhamento.
VALE DO RIO PARDO	Segurança e Resiliência Climática: Estações meteorológicas ao longo da bacia.	**SUL**	Manejo e Correção de Solos.
VALE DO TAQUARÍ	Sistema Inteligente de Gestão de Crises e Evacuação - SIGCE.	**VALE DO JAGUARI**	Prevenção e resiliência socioclimática através do reflorestamento sustentável no Vale do Jaguari.
		VALE DO RIO PARDO	Implantação de Rede de Abastecimento de Água em Comunidade Rural.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Consulta Popular (2025).

A análise das propostas aprovadas no período pós-enchente (2024–2025) evidencia uma mudança significativa nas prioridades regionais quando comparada ao cenário pré-enchente. Embora ainda se observe a manutenção de eixos tradicionais, como manejo e conservação do solo e ampliação das estruturas hídricas, nota-se um avanço claro na incorporação explícita de temas vinculados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Isso indica que o impacto das enchentes de 2024 exerceu influência direta sobre a percepção social e institucional dos COREDEs, resultando na intensificação de propostas orientadas à resiliência climática.

Assim como no período anterior, o eixo da conservação do solo permanece central, com propostas voltadas à correção da acidez, manejo da fertilidade, recuperação de estradas rurais e aquisição de insumos agrícolas. Essa continuidade demonstra que a preocupação com a sustentabilidade da produção agropecuária segue como pauta fundamental em diversas regiões. No entanto, diferentemente do pré-enchente, tais propostas começam a aparecer associadas a

programas integrados de desenvolvimento rural sustentável, ampliando a perspectiva meramente produtiva para uma visão mais sistêmica.

No que se refere à gestão hídrica, observa-se um aumento expressivo da importância atribuída ao armazenamento, captação e reservação de água. A recorrência de iniciativas relacionadas à perfuração de poços, construção de cisternas, microaçudes e ampliação de redes de abastecimento permanece evidente, mas agora aparece com uma justificativa mais clara de mitigação de riscos climáticos. Em algumas regiões, como o Vale do Caí, as propostas explicitam diretamente a intenção de adaptação às mudanças climáticas, indicando que a sociedade passa a reconhecer a necessidade de soluções estruturantes para enfrentar eventos tanto de estiagem quanto de excesso hídrico.

Um elemento que se destaca no período pós-enchente é a ampliação das propostas ligadas à Defesa Civil, um eixo praticamente ausente ou pouco explícito nos anos anteriores. Propostas como aquisição de equipamentos para uso dos órgãos de Defesa Civil, aparelhamento para prevenção de desastres, instalação de estações meteorológicas e sistemas inteligentes de gestão de crises revelam uma mudança qualitativa na forma como os COREDEs passam a compreender os riscos climáticos. Esse movimento demonstra um reconhecimento mais claro da necessidade de fortalecimento institucional e de governança territorial para lidar com crises hidrometeorológicas.

Outro ponto relevante é a presença crescente de projetos que abordam educação ambiental, reflorestamento sustentável e turismo com enfoque socioambiental, mostrando que, além das medidas emergenciais, algumas regiões começam a propor ações estruturantes orientadas à resiliência de longo prazo. Esse tipo de proposta não aparecia com a mesma força no cenário pré-enchente, o que reforça a hipótese de que o desastre de 2024 funcionou como gatilho para a ampliação da consciência coletiva sobre sustentabilidade e risco climático.

Destaca-se, ainda, a proposta aprovada em 2025 pelo Vale do Taquari "Sistema Inteligente de Gestão de Crises e Evacuação (SIGCE)" que demonstra um avanço significativo em direção à adaptação tecnológica e ao aprimoramento dos sistemas de alerta e resposta. A região, que foi epicentro das enchentes de 2023 e 2024, apresenta propostas cada vez mais robustas e específicas para mitigação de desastres, revelando que o trauma vivido se converteu em mobilização institucional.

De modo geral, a análise pós-enchente indica um deslocamento importante no foco das propostas: além da manutenção das preocupações estruturais já observadas anteriormente, há uma intensificação de iniciativas orientadas à gestão de riscos, preparação institucional, resiliência social e adaptação climática. Esse movimento sugere que a governança regional passa a incorporar mais explicitamente os desafios impostos pelas mudanças climáticas, embora ainda de forma desigual entre os COREDEs. Enquanto algumas regiões apresentam propostas altamente conectadas com a agenda climática contemporânea, outras mantêm prioridades tradicionais sem avançar para uma abordagem integrada de gestão ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo alcançou seu objetivo ao analisar as propostas aprovadas na Consulta Popular dos COREDEs do Rio Grande do Sul no período de 2022 a 2025, considerando o papel da participação da sociedade civil nesse processo e comparando os contextos anterior e posterior às enchentes de 2024. A análise permitiu identificar em que medida a mitigação de riscos climáticos e ambientais já se configurava como uma preocupação nas prioridades definidas pela população antes das enchentes.

No período anterior às enchentes de 2024, observou-se a presença de propostas relacionadas ao manejo e à conservação do solo, à ampliação e qualificação das estruturas hídricas e ao apoio à agricultura familiar com enfoque sustentável. Embora essas iniciativas apresentassem relação com questões ambientais, identificou-se menor presença de propostas diretamente voltadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas. Constitui uma exceção a proposta de 2023 do COREDE Vale do Taquari, relacionada ao apoio a medidas de enfrentamento de inundações e secas e às atividades de Defesa Civil, incluindo a ampliação de sistemas de monitoramento e alertas. A análise desse período também evidencia a ausência de uma articulação conjunta entre os COREDEs em torno de demandas relacionadas à governança ambiental.

No período posterior às enchentes, observa-se uma mudança nas prioridades regionais manifestadas pela sociedade civil. As propostas de 2024 e 2025 apresentam maior presença de ações relacionadas à adaptação e à mitigação de riscos climáticos, com destaque para o fortalecimento da Defesa Civil, a instalação de sistemas de monitoramento, a ampliação de

reservas hídricas e iniciativas voltadas à resiliência socioambiental. Também passaram a integrar as demandas regionais ações relacionadas à prevenção de desastres, educação ambiental, sistemas de evacuação e reflorestamento, evidenciando maior incorporação de questões relacionadas à prevenção e ao enfrentamento de riscos climáticos e ambientais nas propostas da Consulta Popular.

Em síntese, os resultados apontam que, embora as questões climáticas apresentassem menor presença entre as prioridades no período anterior às enchentes, as propostas aprovadas após os eventos de 2024 passaram a incorporar de forma mais evidente ações relacionadas à adaptação, prevenção e resiliência. Nesse sentido, a Consulta Popular constitui não apenas um instrumento de participação democrática, mas também um espaço que permite observar mudanças nas prioridades regionais diante da ocorrência de eventos climáticos extremos, contribuindo para a compreensão da relação entre participação social e governança ambiental no Rio Grande do Sul.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a dependência exclusiva de documentos disponibilizados nos repositórios oficiais da Consulta Popular, os quais, embora consistentes, não permitem acessar integralmente o processo deliberativo que antecede a formulação das propostas. Outro ponto sensível refere-se ao caráter qualitativo da categorização temática, que, apesar de seguir critérios, pode envolver certo grau de interpretação dos autores.

Para estudos futuros, recomenda-se a realização de análises comparativas envolvendo outros mecanismos de participação social, como orçamentos participativos municipais ou conselhos regionais, a fim de verificar se as mudanças observadas nas prioridades relacionadas às questões climáticas também se manifestam em diferentes instâncias participativas. Sugere-se, ainda, ampliar a análise para períodos mais longos, incorporando séries históricas que permitam acompanhar a evolução da agenda ambiental ao longo das últimas décadas. Além disso, seria relevante desenvolver estudos que articulem as propostas da Consulta Popular com indicadores locais de vulnerabilidade climática e socioeconômica, contribuindo para compreender em que medida as demandas expressas se relacionam com os riscos enfrentados pelos diferentes territórios.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

ALVES, A. O.; AZEVEDO, T. C. Governança ambiental e desafios socioambientais contemporâneos: Uma análise da evolução da gestão pública. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 1, p. 51-78, 2023.

ALVES, D. O.; SCHULTZ, G.; OLIVEIRA, L. A sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura orgânica de Porto Alegre-RS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 521–538, 2022.

Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)**. 2026. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes. Acesso em: 25/04/2026.

BANDEIRA, P. S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os Coredes do Rio Grande do Sul. **Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável**, p.1-38, 2007.

BÜTTENBENDER, P. L.; FLORES, L. F. .; VALANDRO, R. R. .; HENZEL , M. E. .; THESING, N. J. . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRIORIDADES, POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 22, n. 64, p. 368–389, 2025.

BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (COREDES) RS: ARTICULAÇÕES REGIONAIS, REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS E CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS. **Desenvolvimento Regional em debate,** v. 1, n. 1, p. 79-104, 2011.

CARVALHO, N. S. F. S.; CARDOSO, G. C. C.; FROTA, A. J. A. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À LUZ DA TEORIA ECONÔMICA: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 53, n. 1, p. 156–167, 2022.

CONSULTA POPULAR. **Resultado Homologado da Consulta Popular 2025/2026**. 2025. Disponível em: https://consultapopular.rs.gov.br/resultado-homologado-da-consulta-popular-2025-2026. Acesso em: 25/04/2026.

CONSULTA POPULAR. **CONSULTA POPULAR 2025/2026**. 2026. Disponível em: https://admin.consultapopular.rs.gov.br/upload/arquivos/202512/05111848-consulta-popular-2025-resultado-final-site.pdf?utm.com. Acesso em: 26/04/2026.

COSTA, J. M. Sustentabilidade Ambiental Global através de Governança. **Revista Jurídica da Amazônia**, v. 2, n. 1, p. 212-235, 2025.

CRAVO, C. F.; CERQUEIRA, L. S. GOVERNANÇA AMBIENTAL NO ÂMBITO LOCAL: ANÁLISE DE GESTÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM RIO GRANDE-RS. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 52, p. 242 – 273, 2022.

ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional - a região importa? **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v.18, p.313-319, 2022.

FÓRUM DOS COREDES/RS. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul (2015 – 2018)**. Lajeado: Editora da Univates, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JACOBI, P.. Desafios da governança ambiental urbana face à emergência climática. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 23, n. 1, p. 9-20, 2023.

LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

LISBINSKI, F. C.; BENDER FILHO, R.. Uma análise da consulta popular no Corede Médio Alto Uruguai (Codemau). **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 49, p. 158 –188, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

MIRANDA, R. L.; FIIRST, C.; WBATUBA, B. B. R.; ORTIZ, L. C. V. Relação entre consulta popular e índice de desenvolvimento socioeconômico. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 1, p. 20-42, 2023.

MONTEIRO, R. R.; SILVA, E. M.; CONCEIÇÃO, D. B.; SCHIAVETTI, A. Transformações na governança ambiental brasileira: análise da evolução da participação social e do desenho institucional do Conselho Nacional de Meio Ambiente (2011-2023). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 46, p. 141-160, 2023.

OLIVEIRA, N. M. Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**, p. 1-15, 2024.

OLIVEIRA, V. S.; KARNOPP, E. Consulta popular e os planejamentos regionais no Rio Grande Do Sul: Intersecções e resultados. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, n. 27, p. 96-103, 2013.

PINTO, N. G. M.; SCHARDONG, B. J. F. WACHHOLZ, G. A.; BUDÓ, T. M.; SANTOS, E. S. Sociedade Civil e Prioridades Orçamentárias: Análise do Enfrentamento de Catástrofes Ambientais no Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 29, p. 01-23, 2024.

RIBAS, T. A. M.; ALLEBRANDT, S. L.; STASIAK, P. H. S.; POLLETO, L. F. Controle social, participação e desenvolvimento: as experiências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no Rio Grande do Sul. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, p. 52-72, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Memória da Consulta Popular.** Porto Alegre, 2025. Disponível em: https://consultapopular.rs.gov.br/memoria. Acesso em: 22/11/2025.

RUSCHEL ANES, C. E.; BÜTTENBENDER, P. L.; ROTTA, E.; DALLABRIDA, V. R.; PATRIMÔNIO TERRITORIAL E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DAS REGIÕES DO COREDE NO RIO GRANDE DO SUL. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 15, p. 130-150, 2025.

SALES, M. M. S.; FAGROSO SELVA, V. S. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS PARA A GOVERNANÇA NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS. **REVISTA DELOS**, v. 15, n. 40, p. 31-47, 2022.

SOUZA, B. R.; MELO NETO, J. E. GOVERNANÇA AMBIENTAL NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 7, p. 1363-1373, 2024.

THEIS, I. M. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional?. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, p. 01-29, 2022.

WERLANG, A.; WERLANG, L. B.; ALBANUS, L. L. F.; ROCHA, V. K. CONSULTA POPULAR 2017 NA REGIÃO CENTRO-SUL DO RS. **Revista Ciência e Conhecimento**, v. 12, n. 1, 2018.